



## TERRITÓRIOS E TERRITORIALIDADES EM VISTA ALEGRE E O CONTEXTO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Deivy Batista Abreu  
Marcos Braga

### RESUMO

Este artigo tem como objeto de estudo a vila de Vista Alegre, pertencente ao município de Caracaraí, estado de Roraima, Brasil. O objetivo deste trabalho é mostrar os diferentes cenários sociais e econômicos de Vista Alegre, estabelecidos a partir de elementos importantes que criaram novas relações de poder, ou seja, a partir de seus territórios e de suas territorialidades. Em complemento a essa abordagem geográfica, o trabalho também apresenta, em uma discussão teórica sobre a questão do desenvolvimento, e com isso provocar uma reflexão sobre o desenvolvimento dentro de uma perspectiva local, dentro de Vista Alegre. Como metodologia tem-se um referencial bibliográfico geográfico e econômico, além de uma entrevista que possibilitou um elo entre o passado e o presente.

### PALAVRAS-CHAVES

Vista Alegre; Territórios; Territorialidades; Desenvolvimento.

### INTRODUÇÃO

O processo histórico de um lugar revela, em geral, símbolos, relações sociais que fortaleceram a criação, a reorganização e eliminação de territórios, assim como a dinâmica de suas territorialidades. Abordar esses tópicos, sobre uma vila, especialmente amazônica, pode revelar importantes aspectos sociais e econômicos a serem observados a partir de modelos de desenvolvimentos, de uma escala global à local.

É importante lembrar que será usado o termo vila em todo o texto, pois é assim que o estudo de caso é conhecido e referido por seus moradores, embora atualmente haja diferentes definições do lugar, aplicados por algumas instituições públicas federais, estaduais e municipais. De forma alguma, seu uso modificará qualquer tipo de análise sobre os cenários sociais e econômicos





No caso de Vista Alegre, objeto de estudo desse artigo, trata-se de abordar sua dinâmica social e econômica a partir de seus territórios e suas territorialidades, ou seja, a partir de suas relações de poder e de suas ações humanas, individuais ou coletivas. O controle e a influência no e do território recriaram novas dinâmicas sociais, políticas e econômicas na vila.

A relação entre essas duas variantes geográficas, territórios e territorialidades dentro do contexto de desenvolvimento regional, é ponto de observação desse estudo, que procura analisar a questão de desenvolvimento a partir das relações dentro do espaço social de Vista Alegre, de um desenvolvimento regional, sendo este inclusivo ou não em suas diferentes escalas. Não se pretende realizar um debate sobre os conceitos, e sim uma abordagem de suas características.

O presente artigo está estruturado em três capítulos. No primeiro, traz-se um resumo da historicidade de Vista Alegre a fim de entender de forma cronológica, a partir de recortes estabelecidos, a organização social desse espaço. Apenas com o resgate histórico foi possível trazer e inserir os elementos importantes para a criação de cada cenário social e econômico.

Em continuação, o segundo capítulo aborda a questão social e econômica de Vista Alegre dentro de cada recorte específico. Os diferentes cenários sociais e econômicos mostram a modificação do espaço e a criação de novos territórios e dinâmica de suas territorialidades. Apesar de Vista Alegre ter uma extensão territorial consideravelmente pequena, e uma ocupação populacional, menor ainda, é inquestionável o valor histórico desse lugar.

No último capítulo, há uma abordagem sobre a questão do desenvolvimento, uma revisão sobre conceitos e características de modelos usados a partir do século XX. De forma mais extensa, concentra-se o modelo de desenvolvimento regional ou endógeno, de forma que não o exclui da esfera global. Esse capítulo tem como objetivo a exposição de teorias e não de análise sobre o estudo de caso. Soto (2003, p. 4), apresenta bem essa temática e enfatiza que o “desenvolvimento regional aparece





como projeto político (ou economia política) onde a democracia, a organização e participação social são os elementos que o fundamentam”.

## HISTORICIDADE DE VISTA ALEGRE

Antes de expor o processo de construção histórica de Vista Alegre, objeto de estudo desse artigo, torna-se necessário enfatizar que o olhar geográfico é essencial para o entendimento das diferentes relações que atuaram e atuam na vila, como as relações econômicas, sociais e políticas. Essas relações acontecem dentro do espaço, que é “o lugar de encontro entre o passado e o presente, mediante as relações sociais do presente que nele se realizam” (SANTOS, 2011, p. 60).

Aqui se discute os fatos e os problemas resultantes dessas relações que possibilitam interpretações sobre os territórios e as territorialidades em Vista Alegre. Esse olhar geográfico, dentro de uma análise diacrônica e sincrônica, trará essas discussões sobre a vila a partir de 1971. Esse recorte remete à chegada da primeira moradora, e quando se forma o embrião da atual configuração social de Vista Alegre. É fundamental ressaltar que

a diferenciação do espaço em âmbito histórico tem início a partir de sua delimitação, quer dizer: por sua apropriação como território, em parte determinada pela necessidade de domínio e posse de recursos naturais – para a conquista das condições de sobrevivência – e, por outra parte, por sua ocupação física como *habitat* (HEIDRICH, 2004, p. 24).

Essa necessidade de domínio e posse de recursos naturais são elementos que contribuem para a criação de territórios, que evidencia a relação de poderes, de conflitos de interesses, de acordos, acertos e fracassos. É nesse contexto que essas questões serão abordadas no decorrer da exposição do objeto de estudo. Santos (2014) afirma que em cada período de tempo, existe a manifestação de uma relação de valores, da ação e o do lugar, e é essa relação que diferencia os momentos, caso contrário tudo teria o mesmo valor, sem registros na história.





Embora a vila de Vista Alegre tenha sido criada apenas em 22 de outubro 1981, não através de lei, pelo menos não chegaram a aprová-la, ficou apenas registrada em um relatório elaborado pelo administrador da vila da época, que contou com a presença do governador do território de Roraima e do prefeito de Caracaraí (RELATÓRIO DA COMUNIDADE DE VISTA ALEGRE, 1981), é importante apontar alguns fatores históricos que contribuíram na constituição dos seus territórios a fim de entendê-la no contexto atual. A informação mais remota, obtida durante a pesquisa, sobre Vista Alegre é de 1890, onde era chamada de Barracão Vista Alegre.

Outro registro deu-se no começo do século XX, mas precisamente em 1911, sob o olhar do alemão Koch, em sua expedição pelo Rio Branco, que relatou em seu livro *Do Roraima ao Orinoco* que Vista Alegre não era como diziam, pois já era um espaço com cabanas ruins, antiga aldeia indígena de Inajatuba (infelizmente não foi encontrada qualquer informação que pudesse contribuir sobre a existência dessa aldeia), há apenas uma ilha com tal nome próximo à atual vila.

Aqui se observa, de forma hipotética, a presença de dois territórios, um particular, um indígena. Nesse contexto, na pesquisa de Magalhães (2008), a exploração de borracha, de balata, de castanha, óleos vegetais constituíam as principais atividades nessa região, cuja produção extrativa era destinada exclusivamente à capital amazonense, Manaus.

Porém, muito antes do desbravamento de Koch, nas últimas décadas do século XVII, “os portugueses já frequentavam o Baixo Rio Branco, onde existiam alguns sítios, rocas e pesqueiros” [...] e que “esses pequenos “postos” abasteciam as missões jesuíticas estabelecidas no Rio Negro” (FARAGE, 1991). Por esse relato, entende-se que o Baixo Rio Branco tinha uma dinâmica de comércio e indícios de povoados ao longo de sua extensão.

Vista Alegre, oficialmente, delimita o médio Rio Branco (cachoeira Bem-Querer até a vila – 24 km) e o baixo Rio Branco (da vila até a desembocadura com o Rio Negro – 338 km). Devido à navegabilidade a partir de Vista Alegre, durante o período da cheia do rio, é possível que Vista Alegre tenha sido palco de constantes transformações espaciais e sociais devido a sua localização geográfica.





Em 1924, segundo Magalhaes (2008), a população de Vista Alegre era de 80 habitantes. Nesse período, segundo Souza (2011), já existia uma empresa pertencente à J. G. Araújo (Joaquim Gonçalves de Araújo, um dos grandes empresários portugueses durante o ciclo da borracha, na época do Barracão Vista Alegre era sócio da Araújo Rozas e Irmão), que diversificou e descentralizou suas empresas pela Amazônia, algumas filiais estavam, por exemplo, em Iquitos (Peru), Porto Velho (rio Madeira), Santa Izabel (rio Negro) e Vista Alegre (rio Branco). Esta, talvez, seja a informação mais importante sobre a atuação de alguma atividade em Vista Alegre nas primeiras décadas do século XX.

O poder de J. G. Araújo era tão influente a ponto de deter uma expressiva quantidade de terras no Vale do Rio Branco,

acumulada desde 1918, quando JG Araújo se estabeleceu na região, não é fruto somente da compra de terras a pecuaristas endividados, que em sua maioria vendiam as benfeitorias realizadas. O aumento em seu patrimônio também foi possível devido à ocupação de boa parte das Fazendas Nacionais, São Bento, São José e posteriormente parte da fazenda São Marcos, que havia passado aos cuidados do Serviço de Proteção ao Índio em 1914 (VIEIRA, 2003, p. 67).

Sobre a presença da pecuária no rio Branco, de acordo com a senhora Joaquina, informou que por volta de 1925 seu pai trabalhou por dois anos na fazenda de J. G. Araújo, quando morava ainda na vila de São José do Anauá, localizada também no baixo rio Branco, no município de Caracaraí.

Aqui se encontra uma importante ligação entre o passado e o presente. É a partir da contribuição da Sra. Joaquina e outros elementos que possibilitará uma análise sobre os territórios e territorialidades de Vista Alegre, a partir da chegada da primeira família.





## A FAZENDA, AS FAMÍLIAS, OS MILITARES, AS BALSAS E A PONTE: TERRITÓRIOS E TERRITORIALIDADES.

Antes da chegada da família da Sra. Joaquina, segundo a mesma, existia uma fazenda, chamada Vista Alegre, antes pertencente a J. G. Araújo. Havia uma tímida criação de gado e apenas um morador, o Sr. Miguel de Lima, quem administrava a fazenda. A Sra. Joaquina menciona que chegou com sua família à margem esquerda do Rio Branco, precisamente na área da fazenda, a princípio, sem nenhum tipo de impasse sobre a permanência de sua família nessa propriedade.

Essa nova territorialidade em Vista Alegre representada pelas “relações sociais simétricas ou dessimétricas que produzem historicamente cada território” (SAQUET, 2009, p. 79), e que se modificam e geram novas territorialidades e novos territórios, identificáveis mais adiante. A relação do existente e dos novos elementos sociais criam novas dinâmicas sociais e espaciais.

Em 1972, outros moradores chegavam e se instalavam aos arredores da fazenda. Por volta de 1974, o dono da propriedade, Sr. Lereu, ao se deparar com o crescente número de moradores, expulsa os moradores de sua propriedade. A família da Sra. Joaquina foi uma das primeiras a trasladar-se para o outro lado do rio, em seguida restante dos outros moradores. Havia aproximadamente 15 famílias quando foram expulsas, segundo a entrevistada. A saída encontrada pelos moradores foi permanecer no outro lado do rio Branco, e ali construíram suas casas e ficaram entre 4 a 5 anos, aproximadamente, embora até 1998 ainda havia alguns moradores, possivelmente novos.

Em 1976, talvez, pela ausência de qualquer atividade na fazenda, os moradores reterritorializam a área da fazenda entre tentativas de fixar moradias. Obviamente que essa reorganização social não se deu sem conflitos. Foi necessária a intervenção política partidária do então prefeito Antônio Reis, de Caracaraí, e o governador do território Ottomar de Sousa Pinto. Em 1981, como mencionado acima, Vista Alegre é considerada como vila.





Outra territorialidade que se pode destacar é a presença do Sexto Batalhão de Engenharia de Construção - 6º BEC, pois a partir de 1977, essa frente de trabalho foi responsável pela abertura da BR-174, trecho Caracarái – Manaus, rodovia federal com o objetivo de integrar o estado do Amazonas ao então território de Roraima, e integrar a última fronteira brasileira, rumo ao desenvolvimento regional sob a gestão de um regime militar. O desenvolvimento de Roraima, ainda sob a condição de território, se observa a partir de uma interligação geográfica e política.

Devido a essas atividades de abertura da rodovia federal, Vista Alegre revela suas territorialidades através de seus moradores, do proprietário da fazenda e militares, em virtude das relações sociais realizadas nesse contexto social e econômico. Segundo Saquet (2004, p. 86) “a territorialidade corresponde às ações humanas, ou seja, à tentativa de um indivíduo ou grupo para controlar, influenciar ou afetar objetos, pessoas e relações numa área delimitada”.

Outro fator importante para o entendimento de territorialidade na vila e um de seus cenários econômicos foi a inserção das balsas que transformaram a vila em um entreposto comercial, devido ao fluxo de veículos que por ali passava diariamente depois da abertura da BR-174. No relatório do 6º BEC (1977), há a seguinte descrição sobre o uso desse meio de transporte, informando que

a construção da rampa de acesso à balsa no rio Branco, no município de Caracarái pode até parecer uma obra sem muita importância. Porém, para os militares e demais usuários da BR-174, que durante anos realizaram a travessia do rio Branco nas antigas balsas do 6º BEC e, depois, nas balsas particulares, a construção da rampa de acesso foi fundamental, pela maior facilidade de acesso a balsa por caminhões de grande porte, pelos ônibus e veículos menores, evitando as costumeiras derrapagens no período das chuvas, e até prejuízos (HISTÓRICO DAS OBRAS DA BR-174, 1977, p. 5).

Essa nova dinâmica, causada pelas balsas, resultou em um período de crescimento econômico na vila, pois a partir do intenso fluxo de veículos, surgiu uma demanda para os diferentes tipos de serviços ofertados. Esse meio de transporte, desde 1977 até 2000, ano de inauguração da ponte, modificou a relação social da vila com seu espaço. A economia da vila passou a ser promovida pela existência da BR-174 e os serviços das balsas.





A partir de 2000, a vila tem passado pelo pior período econômico até os dias atuais, com o advento da ponte sobre o rio Branco, que desviou todo o fluxo de veículos, que antes passava por dentro de Vista Alegre, o que gerou um grande declínio econômico, pois a economia local dependia quase que exclusivamente do fluxo de veículos e de pessoas.

## **QUESTÃO SOCIAL E ECONÔMICA DO TERRITÓRIO**

Após a abordagem resumida da historicidade de Vista Alegre, faz-se agora uma descrição mais detalhada de cada cenário social e econômico da vila a partir de 1971, ou seja, as relações dessa multiterritorialidade definida por Haesbaert (2008, p. 2) como uma “construção de uma territorialização no e pelo movimento”. Os cenários foram definidos por suas relevâncias sociais e econômicas, e foram classificados em comunidade ribeirinha, economias das balsas e a ponte como símbolo de desenvolvimento regional.

### **COMUNIDADE RIBEIRINHA**

Nesse aspecto, o instrumento mais importante, para os detalhes desse cenário, é a narrativa da Sra. Joaquina, a primeira moradora na nova formação de Vista Alegre a partir de 1971, este recorte é de seis anos, quando o Exército Brasileiro, sob a gestão do 6º BEC, começou com as atividades para a abertura da BR-174 no trecho em que Vista Alegre estava inserida, e também com a inserção do uso das balsas como meio de transporte, um suporte ao crescente fluxo de veículos vindo das duas capitais, Manaus e Boa Vista.

Durante esse período, e com aumento do número de outras famílias, ainda sob o domínio de um território demarcado, as relações sociais do lugar têm seus primeiros conflitos, ocasionada pela ocupação espontânea dos novos moradores. Na observação de Haesbaert (2008, p. 6) “todos os conflitos, antigos ou recentes, são moldados por uma espécie de “ideologia do território” que se justifica como a criação do povo local”.





A pesca era o principal meio de subsistência dos moradores, além da criação, de galinhas e outras aves. Devido a sua importância, nessa época, a pesca também favoreceu ao surgimento uma territorialidade coletiva, uma relação social de objetivos afins à medida que o resultado dessa atividade possibilitava um aumento da renda local. A relação social dos moradores está diretamente ligada com o rio, seja pela oferta de peixe, seja pela água para consumo e seu uso em geral. O rio também possibilitava a fixação de moradia, devido aos seus recursos naturais.

Por volta de 1972 ou 1973, na incerteza da Sra. Joaquina, um senhor chamado Lereu apareceu em Vista Alegre alegando ser o novo proprietário da fazenda. Pouco tempo após esse episódio, todos os moradores foram expulsos da propriedade em questão, e tiveram que se trasladar ao outro lado do rio, criando ali uma pequena comunidade com aproximadamente 15 famílias. Esses moradores permaneceram nesse novo território por três anos. Essa desterritorialização é relacionada “a processos de exclusão e expropriação em relação a grupos, populações e povos impossibilitados de construir e de exercer efetivo controle sobre seus espaços de vida e trabalho, isto é, seus territórios” (GODOI, 2014, p. 11).

Em 1976, talvez sob a observação dos moradores, a fazenda já não realizava nenhum tipo de atividade econômica. Com essa hipótese, os moradores, aos poucos, reterritorializaram o lugar, e com isso surge a segunda ocupação social da vila após a chegada da família da Sra. Joaquina, e desde então o lugar se mantém com uma boa parte de seus moradores.

Mesmo após o retorno dos moradores ainda havia alguns impasses referentes à questão demarcatória do território privado, que somente foi resolvida com a intervenção da prefeitura do município de Caracará e do governo do estado de Roraima, intermediada por questões políticas partidárias, o que posteriormente a vila passou a receber algumas obras, como a abertura de ruas, porém sem nenhum tipo de planejamento ou organização espacial.





Essa questão administrativa, por parte da esfera pública municipal e estadual, se intensifica a partir de 1981, e essa questão será mais detalhada no próximo cenário. Embora Vista Alegre começasse a fazer parte de uma administração pública do ano mencionado, algumas mudanças atividades, por parte do 6º BEC, intensificaram as relações sociais e políticas entre seus atores.

Talvez um dos anos mais importantes para Vista Alegre tenha sido o de 1977, ano em que foi aberta a estrada da BR-174 a partir de Caracaraí, e com isso inicia-se a “economia das balsas”, um período de desenvolvimento econômico para os moradores. Nesse sentido, abordado por Godoi (2014, p. 11), a questão da “territorialidade enquanto processo de construção de um território, o aspecto processual merece destaque”, ou seja, nesse caso, as relações sociais e econômicas transformam-se em “uma dimensão simbólica do território”, a exemplo do surgimento do comércio e da economia das balsas, a princípio administrada pelos militares do 6º BEC.

## **ECONOMIA DAS BALSAS**

É a partir de 1977 até 2000, um recorte de 24 anos, que se define o segundo cenário social e econômico de Vista Alegre. Aqui a dinâmica entre seus agentes sociais se diversifica ainda mais, e proporciona novas dinâmicas espaciais e políticas. Vista Alegre entra definitivamente no cenário político partidário municipal e estadual, e com isso outras territorialidades são criadas, decorrentes das significantes atividades comerciais, da pesca, dos transportes, da igreja e da escola.

Com a abertura da BR-174, a partir de Caracaraí, Vista Alegre se insere em territórios comandados por instituições militares e por um território de fluxo, o poder dos transportes, que ditam as novas regras do jogo, em nome do desenvolvimento regional inserido na Amazônia, incentivado através das rodovias federais, dando abertura às novas municipalidades no estado de Roraima.





Em agosto de 1977, Vista Alegre recebeu sua primeira escola estadual, a escola Edmur Oliva, que pertencia ao município de acordo com Decreto Municipal n.º. 9/70 com capacidade para 23 crianças em idade escolar. Sob a gestão estadual, era oferecia o Ensino Primário (de 1ª a 5ª séries). Segundo o relatório da escola, nesse ano havia 164 alunos matriculados entre 10 a 25 anos.

Em 1993, a escola é transferida para um local mais centralizado, onde permanece até os dias atuais, com a oferta do ensino a partir da 5ª série até o Ensino Médio. A estrutura física deixada à margem esquerda do rio Branco, posteriormente, serviu para a implantação e ampliação da Escola Municipal Firmino Mariano em 1998 (Caracará, Lei Municipal n. 311/1998).

Outro território criado em Vista Alegre, depois da primeira escola, foi a construção da Igreja de São José, que foi reconstruída com todo o material trazido da Vila de São José de Anauá do baixo Rio Branco, uma igreja reterritorializada. Primeiramente veio o santo, e em seguida as madeiras e o resto dos materiais. De acordo com um levantamento realizado pelo Centro Cultura Vista Alegre em 2016, o catolicismo (praticantes e não-praticantes) representou 56% das 118 famílias entrevistadas na época.

Vale ressaltar que outras territorialidades foram importantes para o desenvolvimento econômico de Vista Alegre, dentro do recorte definido. Com a presença dos militares, enfatizando a presença das balsas, a economia local se deparou com um crescimento significativo de bens e serviços ofertados pelo fluxo crescente de pessoas adentrando pela BR-174.

Os principais serviços ofertados se resumiam em comércio de estivas em geral, serviço de hospedagem, bares e restaurantes, e a própria pesca, com a venda direta do pescado sem a necessidade de atravessadores, aumentando o valor de venda, e dessa forma valorizando o trabalho dos pescadores. Foi a partir dessa época que a pesca, mesmo de forma artesanal, começou a se tornar uma atividade comercial importante para a economia de Vista Alegre.





Os moradores e visitantes de Vista Alegre também puderam viver uma época de intensas manifestações culturais e religiosas. Os grandes arraiais de São Pedro eram uma das festas mais esperadas do ano. Era uma forma de manter viva a cultura popular e os dogmas religiosos do catolicismo, além de movimentar a economia local no mês de junho.

Depois de dez anos, a contar do ano de chegada da primeira moradora, e com intensas transformações espaciais, sociais e econômicas, Vista Alegre, a partir de 1981, se tornou um território demarcado politicamente. Embora esse território político fosse importante para o desenvolvimento da vila, há que levar em consideração todos os outros territórios, aqueles usados pela comunidade, pois são neles que está a essência do lugar. Silveira (2011, p. 3) aborda essa questão, onde enfatiza que “é o uso do todos os atores e não apenas os que têm território, e não o território em si mesmo, que faz dele objeto da análise social”, e aqui existe a possibilidade de um desenvolvimento mais dinâmico e inclusivo.

Durante esse período, Vista Alegre teve um crescimento populacional expressivo, tanto por pessoas de Roraima quanto de outros estados. A presença de amazonenses, paraenses e maranhenses bem expressiva. A população nesse período era de aproximadamente 600 habitantes. A vila se reinventa com essas novas territorialidades, com esses territórios trazidos de terras distantes.

### **PONTE: LEGADO LOCAL**

Anteriormente, observou-se que todo o processo de transformação social e econômica de Vista Alegre deu-se de forma rápida, embora isso não se conclua como algo negativo ou positivo. As dinâmicas sociais e econômicas da vila passaram por dois tipos de regimes, um militar e outro democrático. Porém, com as intensas modificações territoriais e reorganização espacial, a vila não teve êxito na implantação mínima de serviços básicos, como moradia, rede de esgoto e água canalizada, mesmo após a redemocratização do país, com os direitos essenciais declarados na nova constituição.





O terceiro e último cenário é recortado no início do século XXI, a partir de 2000. Trata-se de um processo de transformação social e econômica profundas em Vista Alegre. Observa-se mais atentamente a questão do desenvolvimento regional e suas dualidades com a vila, através da construção de uma ponte complementando a BR-174 sobre o rio Branco.

Com a inauguração da Ponte José Vieira de Sales Guerra, em 20 de outubro de 2000, completou-se um dos trechos mais importantes o desenvolvimento regional do estado de Roraima. É inegável a importância da construção da rodovia federal para o desenvolvimento econômico roraimense, assim como a construção da ponte, que possibilitou uma maior fluidez aos meios de transportes. Essa é uma escala regional de observação a levar em consideração.

O desenvolvimento regional, em uma escala local, depois da finalização da BR-174 e da ponte sobre o rio Branco, não deixou benefícios reais para Vista Alegre. A vila parece ter servido apenas de suporte logístico para as atividades específicas das obras citadas. Obviamente que essas atividades geraram um período de desenvolvimento econômico, todavia não houve uma intensão de mantê-la ativa economicamente, apesar de seus potenciais.

Não houve nenhum tipo de compensação econômica ou social que representasse um suporte direcionado à autonomia econômica de Vista Alegre. A vila ficou como um elo com fluxos do ir e vir, modificando a paisagem, os fatores econômicos e sociais. A dinâmica dos fixos foi desprezada pela própria fluidez que se destinava a ponte.

Em 2000, com a abertura da ponte, todo o fluxo dos veículos, que antes passava por dentro da vila, foi desviado completamente para fora de sua abrangência populacional, o que causou uma profunda decadência na economia local. Os serviços oferecidos, anteriormente citados, perderam a sua função e desapareceram bruscamente, ficando apenas os que abasteciam de alguma forma, a demanda local.

Desde a inauguração da ponte, a vila não teve nenhum tipo de atividade econômica que fosse capaz de gerar emprego e renda para a sua população. A pesca, por exemplo, teve uma pequena conquista com a criação da associação de pescadores em 2008, porém sem





nenhum tipo de estrutura física e administrativa capaz de buscar formas de diversificar outras atividades comerciais oriundas da pesca.

Outro aspecto interessante, referente à pesca, é que essa atividade resume-se apenas à retirada dos peixes do rio, e a venda direta aos atravessadores, que oferecem valores muito abaixo dos reais. Devido à inexistência de outras formas de vendas, os pescadores acabam ficando presos a uma política predatória de preços. Inexiste também qualquer tipo de suporte técnico e estrutural, a exemplo de uma fábrica de gelo, várias vezes prometida pela política partidária, assim como um frigorífico que poderia manter o pescado conservado.

Segundo os pescadores, a logística da pesca é muito onerosa, desde a compra de gelo e combustível em Caracaraí, incluindo o custo de transporte entre esses dois pontos. A madeira para a construção e manutenção dos barcos e canoas também encarece os pescadores. O período da pesca é sazonal, de 1º de julho até 1º de março. Depois desse período, os pescadores são beneficiados pelo Seguro- Defeso, programa social do governo federal, com um salário mínimo.

Em termos mobilidade rural-urbana, a vila não tem transporte regular entre sua localização e a sede do município. Três veículos populares fazem o transporte dos moradores até a sede, com o valor de cada trecho custando R\$ 10,00. Para aqueles que não têm condições de pagar pelos valores cobrados, esses se direcionam até a BR-174 para esperar por caronas, por ônibus intermunicipais ou por vans, que também cobram o mesmo valor mencionado. Alguns moradores se deslocam a pé ou de bicicleta, percorrendo mais de 12 km até o centro do município.





Figura 01 – BR-174 e a construção da ponte sobre o Rio Branco



Fonte: Site: Google Maps com adaptações do pesquisador

Com relação à infraestrutura urbana, apenas quatro das 12 ruas, obtiveram, em 2010, o serviço de calçada e pavimentação por paralelepípedos. Dos 115 postes de iluminação pública, 85 estão desativados por mais de três anos. A vila não possui um sistema de esgoto, contribuindo para a contaminação do rio. A limpeza pública também não é um serviço regular, e pode-se dizer que é quase inexistente. Outro problema é a grande concentração de fossas construídas próximas aos poços artesianos construídos sem nenhum tipo de fiscalização ou assistência técnica.

A cobertura de telefonia móvel é quase inexistente, apenas em alguns pontos da vila é possível obter algum sinal. Internet é um serviço que ainda não existe e sem previsão para implementação. Até as próprias escolas não possuem esse serviço, o que isola os estudantes do acesso à informação e ao conhecimento.

No aspecto social, é crescente o número de usuários de drogas como a maconha e a cocaína, principalmente entre adolescentes e jovens adultos. O alcoolismo é algo também preocupante, assim com a prostituição entre as meninas adolescentes. Sobre esse aspecto, o índice de evasão escolar ou de repetição de séries pode estar diretamente ligado a esses novos territórios.





A economia da vila resume-se basicamente à pesca artesanal, sem qualquer tipo de suporte técnico, e ao Programa Federal Bolsa Família e ao estadual, Crédito Social, que contemplam praticamente quase todos os moradores de Vista Alegre. O comércio se limita sob a gestão de quatro pequenos comércios.

## QUESTÃO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Esse tópico tem como objetivo realizar uma reflexão sobre a questão do desenvolvimento, em suas diferentes escalas. De forma alguma, tem-se a finalidade de realizar qualquer tipo de estudo econômico sobre os cenários apresentados nos tópicos anteriores, principalmente sobre a questão da construção da rodovia BR-174 e da ponte sobre o rio Branco. A partir de uma observação de conceitos e efeitos do desenvolvimento, seja econômico ou mais inclusivo, surge a necessidade de uma participação multidisciplinar para que o desenvolvimento alcance outras dimensões.

A abordagem dessa nova observação de desenvolvimento requer uma análise em diferentes escalas, desde o local ao global, e desvendar a problemática entre os dois. De acordo com Soto (2003, p. 3), "somente é possível apreender a realidade complexa e contraditória da dinâmica do desenvolvimento regional utilizando o método dialético", que será abordado no próximo tópico.

Atualmente, sob essa questão, deve-se levar em consideração o sistema econômico dominante, pois "se a dominação capitalista está se tornando global, então nossas resistências devem defender o local e construir barreiras contra os fluxos aceleradores de capital". (HARDT e NEGRI, 2001 p. 63). O reducionismo do capitalismo, como uma de suas principais características, ignora qualquer tipo de manifestação econômica que não se defina em sua própria produção extrema de capital.

O que se discute, principalmente, a partir da II Guerra Mundial, é como desenvolver as economias das nações e os princípios básicos de desenvolvimento humano, pois o mundo, nesse recorte, se depara com as mais visíveis causas geradas por um domínio de poder, na tentativa de afirmação de uma ideologia econômica ou uma filosofia social.





Por trágico que pareça, a humanidade estrategicamente criou cenários apocalípticos para dar-se conta de sua própria vulnerabilidade. Quando a teoria não permite a metamorfose da prática, o pensamento humano não permite analisar os meios, para que o processo possa ajustar-se interna e externamente.

Os possíveis reajustes, a princípio na teoria, sob a visão dos cientistas modernos, favoreceram ao surgimento de novos conceitos de desenvolvimento com uma base de fatores além de econômicos. Os termos como desenvolvimento sustentável, desenvolvimento responsável, desenvolvimento local, além de outros, começam a fazer parte dos novos desafios no final do século XX.

A partir da década de 1970, a temática sobre desenvolvimento ganha força, pelo menos nos discursos ou relatórios de grandes encontros entre intelectuais ou grandes eventos globais com a presença importante dos Estados. Um dos mais importantes foi o Relatório do Clube de Roma (1972), que abordava os limites do crescimento. Outro marco, precisamente 20 anos após o relatório de Roma, foi a Conferência sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (UNCED) – Rio 92 (1992)

- que criou uma agenda para o século XXI com a definição de ações da Educação Ambiental para sociedades mais sustentáveis (NAÇÕES UNIDAS, 1992).

A questão de um desenvolvimento endógeno, regional ou local, aqui entra a questão das escalas, na visão geográfica, requer um olhar interno e multidisciplinar para que o local seja também participante ativo nas tomadas de decisões entre todos os atores envolvidos na configuração de territórios. Adelman (1972, p. 134) resume bem essa questão, que:

Numa economia completamente endógena, então as ações do planejador econômico parecem ser significativamente limitadas. Para realizar até mesmo uma mudança temporária no curso da economia, ele deve assumir uma ação vigorosa; para alterar a trilha a longo prazo do sistema, ele deve dar passos poderosos a fim de modificar o comportamento básico da comunidade, e em todos os momentos ele deve ter em conta as interações





mais ou menos fortes de todas as partes da estrutura social, cultural e econômica de sua sociedade.

Na mesma linha de raciocínio, Boisier (2001, p. 14) afirma que “o desenvolvimento endógeno é produzido como resultado de um forte processo de articulação de atores locais e de variadas formas de capital intangível, num projeto político coletivo de desenvolvimento do território em questão”.

Os desafios são grandes e complexos, e Leroy, Maia e Guimarães (1997) aponta sobre os sete desafios que se deve enfrentar a fim de se aproximar desse desenvolvimento interno. Esses desafios estão no campo da cultura e na concepção de mundo; nos atuais padrões de produção e de consumo insustentáveis; na humanização do território; na divisão internacional do trabalho; em repensar o tempo e o espaço; na questão da ética, visão de mundo e direitos humanos e ambientais, e por último, a democracia.

É no campo político que essa articulação sinaliza possibilidades em uma democracia dentro de três eixos importantes, observado por Santos Junior (2001, p. 228), que são “a maior responsabilidade dos governos em relação às políticas sociais e às demandas dos seus cidadãos; o reconhecimento dos direitos sociais; e a abertura de espaços públicos para a ampla participação cívica da sociedade”. Acrescenta-se aqui a terceira parceria, a iniciativa privada.

O contraditório das ações do modelo capitalista de desenvolvimento, na exemplificação antagônica de Mendes (2009), é que esse tipo de modelo provocou enormes desequilíbrios no mundo. Por um lado nunca houve tanta riqueza e fartura, porém de forma também bem expressiva e preocupante, a história nunca registrou tanta miséria, e degradação ambiental.

Segundo Muls (2008), a teoria do desenvolvimento local pode ser o resultado da falência dos modelos de desenvolvimentos dominantes, e um dos agravantes é o enfraquecimento do Estado nacional, que deve ser um agente ativo no processo de decisão de um plano de desenvolvimento de sua população, e não apenas em termos quantitativos. Se o Estado perde a capacidade de intervir em decisões externas, há um grande risco de uma administração passiva.



Percebe-se nesse cenário de Muls (2008), a vulnerabilidade de um desenvolvimento econômico vertical, ou seja, decisões tomadas e ações impostas por um determinado grupo detentor de poderes econômicos e políticos. Frente a esse tópico, abre-se espaço à horizontalidade, que tem sido estudada pelas mais diversas áreas (humanas e econômicas) com um campo de possibilidades em desenvolver uma sociedade mais diversificada e menos alienada, pois o esforço de entendimento de seus próprios recursos (humano, natural e político) podem propor melhores caminhos em direção de um desenvolvimento maior.

Para que se alcance o desenvolvimento horizontal, Soto (2003) enfatiza alguns elementos importantes para que se consiga alimentar essa nova forma de administração, são eles: o capital social, democracia, dinâmicas territoriais, organizações empresariais e estratégias de gestão. Ele também aborda a questão da interpretação da dinâmica do desenvolvimento regional, e que é necessário desvendar a contradição entre a singularidade e a universalidade.

O que se observa até esse ponto é um processo de transformação, do repensar coletivo, ou parte dele, frente aos desafios nacionais que ameaçam ou potencializam o avanço de um desenvolvimento mais humano. E nesse repensar é que Sen (2000), dentro dessa amplitude do desenvolvimento humano, enfatiza a questão da liberdade como um instrumento de desenvolvimento. A liberdade humana de escolher, de decidir, de construir, de viver, e isso, com as ferramentas necessárias para desenvolver suas capacidades humanas.





## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os cenários sociais e econômicos aqui expostos, dentro da construção de seus territórios e a dinâmica de suas territorialidades, são resultados de uma articulação intensa entre o passado e o presente. As discussões sobre essas temáticas geográficas servem de alicerces para ressaltar a necessidade de uma análise baseada em um plano multidisciplinar, compreendido pelas relações das inúmeras variáveis econômicas, políticas e sociais, formando um cenário de possibilidades (indicadores) para o desenvolvimento.

É importante destacar que o artigo apresenta recortes, para que se possa observar a evolução de Vista Alegre, que passou por momentos de rápidas transformações. A reorganização do seu espaço, a partir de então, possibilitou a exposição de indicadores sobre impactos nos campos econômico, político, social.

Observou-se no trabalho que Vista Alegre, apesar de ter sido palco de intensas transformações socioeconômicas, esta não conseguiu se desenvolver econômica e socialmente, mesmo com um potencial pesqueiro e turístico. Sua história mostra que o desenvolvimento regional não conseguiu inseri-la dentro desse contexto econômico.

A temática descrita nesta análise é complexa e exige um aprofundamento de formulação de qualquer tipo de conceituação ou ensaio sobre os tipos e rumos de desenvolvimento. Há um sistema dominante que se estabelece na verticalidade de ações econômicas e políticas, e essas impostas de diferentes maneiras nas economias centrais e periféricas.

A possibilidade de êxitos na construção de modelos de desenvolvimentos que envolva todos seus atores, minimizando os problemas sociais, dependerá mais de uma questão política do que uma econômica.





## Referências

ADELMAN, Irma. Teorias do desenvolvimento econômico. São Paulo: Companhia Editora Forense, 1972.

BOISIER, Sergio. Desarrollo (local): ¿De qué estamos hablando? In: MADOERY, Oscar; BARQUERO, Antonio Vázquez (eds.). Transformaciones globales, Instituciones y Políticas de desarrollo local. Rosario: Editorial Homo Sapiens, 2001.

CARACARAÍ. Lei Municipal n. 311/2008. Escola Municipal de Ensino Fundaental Firmino Mariano.

FARAGE, Nádia. As Muralhas dos sertões: os povos indígenas no rio Branco e a colonização. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1991.

GODOI, Emília Pietrafesa de. Territorialidade: trajetória e usos do conceito. Raízes, v. 34, n. 2, p. 8-16, jul./dez. 2014. Disponível em: [http://www.ufcg.edu.br/~raizes/artigos/Artigo\\_339.pdf](http://www.ufcg.edu.br/~raizes/artigos/Artigo_339.pdf). Acesso em: 10 jun. 2017.

HAESBAERT, Rogério. Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade. In: HEIDRICH, Álvaro Luiz. et al. A emergência da multiterritorialidade: a ressignificação da relação do humano com o espaço. Canoas: Ed. ULBRA; Porto Alegre: Editora UFRGS, 2008, p. 19-36.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. Império. Rio de Janeiro: Record, 2001.

HEIDRICH, Álvaro Luiz. Território, integração socioespacial, região, fragmentação e exclusão social. In: RIBAS, Alexandre Domingues; SPOSITO, Eliseu Savério; SAQUET, Marcos Aurélio (Org.). Território e desenvolvimento: diferentes abordagens. Francisco Beltrão: Unioeste, 2004, p. 37-66. Disponível em: [http://www.unemat.br/prppg/ppgca/docs2013/territorio\\_integracao\\_sociopancional.pdf](http://www.unemat.br/prppg/ppgca/docs2013/territorio_integracao_sociopancional.pdf). Acesso em: 12 jun. 2017

LEROY, J. P; MAIA K. D; GUIMARÃES, R. P. (org.) Brasil século XXI: os caminhos da sustentabilidade cinco anos depois da Rio-92. Rio de Janeiro: FASE, 1997.

MAGALHÃES, M. das Graças Santos Dias. Amazônia: o extrativismo vegetal no sul de Roraima: 1943-1988. Boa Vista: Editora da UFRR, 2008.

MENDES, Marina Ceccato. Desenvolvimento sustentável. Disponível em: [http://educar.sc.usp.br/biologia/textos/m\\_a\\_txt2.html](http://educar.sc.usp.br/biologia/textos/m_a_txt2.html) Acesso em 31 nov 2017.





MULS, Leonardo Marco. Desenvolvimento Local, Espaço e Território: O Conceito de Capital Social e a Importância da Formação de Redes entre Organismos e Instituições Locais. Revista Economia Brasília (DF), v.9, n.1, p.1-21, jan/abr 2008. Disponível em: Acesso em: 18 de maio de 2017.

NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL. A ONU e o meio ambiente. Disponível no site oficial: <https://nacoesunidas.org/acao/meio-ambiente/>. Acesso em 20.07.2017

SANTOS JÚNIOR, O. Alves dos. Democracia e governo local: dilemas e reforma municipal no Brasil. Rio de Janeiro: Revan, 2001.

SANTOS, Milton. A Natureza do Espaço. Técnica e Tempo, Razão e Emoção. 2011. 4 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.

SAQUET, Marcos Aurélio. Território e Territorialidades: teorias, processos e conflitos. Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

SEN, Amartya Kumar. Desenvolvimento como liberdade; tradução Laura Teixeira Motta; revisão técnica Ricardo Doniselli Mendes. - São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SEXTO BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO. Histórico das obras da BR-174, 1977, p. 5. Documento interno.

SILVA, Christian L. da; MENDES, Judas T. G. (orgs.). Reflexões sobre o desenvolvimento sustentável: agentes e interações sobre a ótica multidisciplinar. Petrópolis: Vozes, 2005.

SILVEIRA, María Laura. O Brasil: território e sociedade no início do século 21: a história de um livro. Acta Geográfica, Edição Especial. Cidades na Amazônia Brasileira, 2011. p. 151-163. Disponível em: [www.revista.ufrr.br/index.php/actageo/article/view/55](http://www.revista.ufrr.br/index.php/actageo/article/view/55). Acesso em: 05 mar. 2017.

SOTO, William Héctor Gómez. A dialética do desenvolvimento regional: capital social, democracia, redes empresariais e dinâmicas territoriais. In: BECKER, Dinizar F.; WITTMANN, Milton Luiz. Desenvolvimento Regional: abordagens interdisciplinares. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003. Disponível em:

<http://projetos.unioeste.br/pos/media/File/Gestao-Des-Regional/docs/Linha1-SOTO-2003.pdf>. Acesso em: 14 maio 2016.

SOUZA, Antonio Klinger da Silva. Comércio, acumulação e poder: A empresa J.G Araújo & Cia. Ltda em Boa Vista do Rio Branco. 2010. 215 f. Dissertação ( Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia) - Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia, UFAM, Manaus, 2011.





VIEIRA, JACI GUILHERME. Missionários, fazendeiros e índios em Roraima: a disputa pela terra. Boa Vista: UFRR, 2007.

